

ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA
PROAD 5244/2022

Data e horário: 8 de abr. de 2026 16:00 BRT

Local: Salão Nobre da Presidência  TRT4



ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

| PARTICIPANTES | | | |
|---------------------------------------|---|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Portaria TRT4 nº 3.039/2025 | | | |
| NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO | DESIGNAÇÃO | PRESENÇA | AUSÊNCIA JUSTIFICADA |
| Alexandre Corrêa da Cruz | Presidente, Coordenador | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Cláudio Antônio Cassou Barbosa | Vice-Presidente Institucional e de Atuação em Demandas Coletivas | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Fernando Luiz de Moura Cassal | Vice-Presidente Jurisdicional | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Maria Madalena Telesca | Corregedora Regional | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Maria Silvana Rotta Tedesco | Diretora da Escola Judicial | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Ana Luiza Heineck Kruse | Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Luciana Caringi Xavier | Juíza Auxiliar da Presidência | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Mariana Piccoli Lerina | Juíza Auxiliar da Presidência | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Maria Teresa Vieira da Silva | Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Institucional e de Atuação em Demandas Coletivas | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Aline Doral Stefani Fagundes | Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Jurisdicional | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Carolina Quadrado Ilha | Juíza Auxiliar da Corregedoria | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Fabíola Schivitz Dornelles Machado | Juíza do Trabalho, representante do primeiro grau de | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

| | jurisdição | | |
|--------------------------------|---|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Enilda Souza De Andrade | Secretária-Geral da Presidência | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Aldo da Silva Jardim | Secretário-Geral Judiciário | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Natacha Moraes de Oliveira | Diretora da Secretaria Geral de Tecnologia e Inovação | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Rejane Carvalho Donis | Diretora-Geral | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Bárbara Burgardt Casaletti | Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Carolina Feuerharmel Litvin | Diretora da Secretaria de Auditoria, convidada | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Adolfo Marques Pereira | Secretário da Corregedoria, convidado | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Jeferson Andrade | Corregedoria, convidado | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Diogo de Seixas Grimberg | Secretário-Geral da Presidência adjunto, convidado | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Luciana Pulvirenti da Silveira | Secretaria-Geral Judiciária, convidada | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Aline Silva Maciel | Servidora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, convidada | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Francisco Fetter Furtado | Servidor da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, convidado | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Jeferson Daniel de Matos | Servidor da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, convidado | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

| | | | |
|-------------------------|---|-------------------------------------|--------------------------|
| Tatiana Patricia Krause | Servidora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, convidada | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
|-------------------------|---|-------------------------------------|--------------------------|

Unidade de apoio executivo: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (Segge)

Secretária: Romy Bruxel, Analista Judiciária

PAUTA

Assunto 1 - Resultado das Metas 2025

Assunto 2 - Metas 2026

Assunto 3 - Projetos estratégicos

Assunto 4 - Gestão de Riscos

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi aberta pelo Presidente do TRT4, Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz, que passou a palavra para a Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, Bárbara Casaletti. Ela deu início à apresentação, conforme descrito a seguir.

Assunto 1 - Resultado das Metas 2025

Bárbara esclareceu que as informações de 2025 usadas na apresentação foram extraídas do Painel do CSJT, alimentado pelo sistema e-Gestão.

A Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente) não foi atingida. Faltaram 3.737 processos para o cumprimento.

O critério 1 da Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023) foi cumprido.

Já o critério 2 da Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2025, todos os processos pendentes de julgamento há 5 anos (2020) ou mais) não foi alcançado, com índice de 98,53%. Assim, conforme o Painel do CSJT, a Meta 2 aparece como não cumprida. Contudo, segundo dados do TRT-RS, há inconsistência nas informações do Painel do CSJT, e o resultado poderá ser alterado positivamente.

A Meta 3 (Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média



do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação) foi atingida por causa da cláusula de barreira.

A Meta 5 (Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024) foi cumprida.

Na sequência, o estatístico Jeferson de Matos apresentou o IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça), que mede a eficiência dos tribunais e é fortemente influenciado pelo número de processos baixados. Segundo ele, o TRT-RS costuma ter baixo desempenho nesse indicador e, pelas estimativas atuais, deve alcançar cerca de 30 dos 90 pontos possíveis no Prêmio CNJ de Qualidade. Para melhorar esse resultado, é necessário reduzir a taxa de congestionamento e aumentar a produtividade dos magistrados em ritmo superior ao dos demais tribunais.

Em seguida, Bárbara deu continuidade à apresentação, abordando o desempenho nas demais metas.

A Meta 9 (Desenvolver dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de laboratório de outra instituição pública, com benefícios à sociedade) foi cumprida por meio dos projetos *Célula OJ* e *Justiça mais acessível: uma introdução à linguagem simples*.

A Meta 10 (Promover pelo menos uma ação de combate ao trabalho infantil e de estímulo à aprendizagem, preferencialmente, voltada à promoção da equidade racial, de gênero ou diversidade do público-alvo, por meio de parcerias interinstitucionais) foi cumprida com folga.

A Meta Específica da JT (Promover a Saúde de Magistrados e Servidores), que inclui fazer exames periódicos de saúde e ações para reduzir doenças mais frequentes, também foi cumprida.

Assunto 2 - Metas 2026

Bárbara esclareceu que os resultados das metas de 2026 foram estimados com base no painel do próprio TRT-RS, alimentado pelo sistema e-Gestão, e que os dados apresentados referem-se ao primeiro trimestre.

Até o momento, a Meta 1 registra resultado de 84,4%. Aldo informou que houve aumento de 15% nos casos novos no 1º Grau e de 5% no 2º Grau. Assim, mesmo com crescimento de 1% na produtividade dos gabinetes, o desempenho da meta ficou abaixo do esperado.

A Meta 2 também ainda não está sendo cumprida, mas há expectativa de atingimento até



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

o final do ano.

O Índice de conciliação no primeiro trimestre foi de 39,4%, resultado ligeiramente acima do mínimo exigido. A juíza Maria Teresa avalia que as pautas temáticas devem contribuir para elevar esse percentual nos próximos períodos.

A Meta 5 ainda não atingiu o desempenho esperado, mas a tendência aponta para o seu cumprimento até o final do ano.

O Laboratório de Inovação já está trabalhando na definição dos projetos voltados ao atendimento da Meta 9.

A Meta Específica 1 da Justiça do Trabalho, de promoção da saúde de magistrados e servidores, permanece a mesma do ano anterior e a meta de promoção dos direitos da criança e do adolescente, anteriormente Meta Nacional, passou a ser a Meta Específica 5 da Justiça do Trabalho. Bárbara informou que foram criadas mais três metas específicas para a Justiça do Trabalho:

Aumentar o índice de Promoção da Equidade Racial (IPER) em 5% em relação ao desempenho de 2025, ou alcançar, no mínimo, 50% da pontuação geral do IPER;

Aumentar o Índice de execuções extintas por satisfação da obrigação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio anterior ou alcançar, no mínimo, 80% de execuções extintas por esse fundamento, excluídas as execuções fiscais e

Índice de Promoção da Cooperação Judiciária (Implantar, em cada estado, Comitê Executivo Estadual composto por representantes de cada um dos ramos do Poder Judiciário, conforme previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 350/2020 e Celebrar pelo menos um acordo com instituições parceiras para a prevenção e a resolução consensual de litígios). Em novembro de 2023 foi criada a Rede Sul de Cooperação Judiciária, que reúne TRT-RS, TJRS, TRF4, TRE, TJMRS, TJSC, TJPR e a 1ª, 2ª e 3ª Auditorias Militares da 3ª Circunscrição Judiciária Militar. Também foram constituídos grupos temáticos nas áreas Eleitoral, de Execução, Previdenciário e de Sistemas Processuais, que darão continuidade às atividades e celebrarão novos acordos de cooperação.

Bárbara também apresentou um conjunto de indicadores criado pelo CSJT em 2024, aplicáveis à Justiça do Trabalho. São eles: Índice de Satisfação, Índice de Divulgação de Memória Institucional, Índice de Efetividade das Ações de Melhoria da Governança Pública, Índice de Desempenho Ambiental, Índice de Ações Integradas de Comunicação Social, Índice de Desempenho do Trabalho Decente, Índice de Cumprimento da Lei Complementar nº 200/2023, Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária, Índice de Efetividade da Prevenção e Enfrentamento da Violência, Assédio



e Discriminação, Índice de Conformidade com a Privacidade e Proteção de Dados dos Usuários e Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos. Também foi informado que a meta relativa à Capacitação em Precedentes Obrigatórios foi revogada na Reunião de Análise da Estratégia do Comitê Nacional de Governança e Estratégia, realizada em 7 de abril de 2026, e não será exigida no corrente ano.

Além das metas definidas pelo CNJ e pelo CSJT, o TRT-RS estabeleceu metas locais, válidas exclusivamente para este Tribunal. São elas: Processos Pendentes na Fase de Conhecimento; Processos em Execução; Processos Pendentes de Julgamento no 2º Grau; Recursos de Revista Pendentes; Processos Arquivados Definitivamente na Fase de Execução; Saldo de Processos Arquivados provisoriamente na Fase de Execução; Tempo Médio de Tramitação dos processos pendentes de conhecimento; Tempo Médio de Tramitação dos processos pendentes de execução; Tempo Médio de Tramitação dos Recursos de Revista Pendentes e Tempo Médio de Tramitação dos Processos Pendentes de Julgamento no 2º Grau. Bárbara apresentou os resultados das metas locais no primeiro trimestre, com a ressalva de que se trata de um período atípico, cujos dados não são representativos do desempenho anual.

Assunto 3 Projetos estratégicos

Bárbara apresentou a lista de projetos estratégicos: Integra TRT, Carbono Zero TRT4, Linguagem Simples, Gestão de Riscos, Gestão da Ética e Integridade, Documenta TRT4, Saúde Ocupacional, Saúde Integral, Somos TRT4, DataMais, Responsabilidade Social nas Contratações e Painel de Acompanhamento de Metas (suspense). Destacou que dez dos doze projetos estratégicos são da área administrativa.

Foi proposto o encerramento dos projetos Documenta TRT e Integra TRT. O Comitê aprovou o encerramento do Documenta TRT, mas recomendou que o Integra TRT seja mantido por ora, uma vez que nem todos os municípios com unidades judiciárias foram visitados. Ficou decidido que o atual Presidente do Tribunal, Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz, realizará as visitas aos municípios ainda não contemplados, e somente após a conclusão dessas visitas o projeto será encerrado.

Foram propostos dois novos projetos, ambos aprovados e incorporados ao portfólio de projetos estratégicos do Tribunal:

Consulta Cidadã, inspirado no projeto Corte Aberta, do STF, disponibilizará dados de interesse do público interno e externo por meio de painel interativo.

Selo Garimpeiro, que tem como objetivo zerar os processos cadastrados no sistema



Garimpo, ou seja, aqueles com crédito pendente de liberação.

Assunto 4 - Gestão de Riscos

A título de prestação de contas, Tatiana informou que em 2025 foram analisados os riscos de sete processos: Gestão administrativa e financeira do Regime Especial de Pagamento de Precatórios (do Juízo Auxiliar de Precatórios); Planejamento bienal de cursos/eventos e Realização de cursos / eventos (da Escola Judicial), Monitoramento da execução da estratégia institucional (da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica), Gestão da contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra (da Secretaria de Serviços), Apuração do valor devido a título de Licença Compensatória convertida em pecúnia (da Secretaria de Pagamento) e Teletrabalho (da Secretaria de Gestão de Pessoas).

A análise identificou 116 riscos no total, dos quais 41 foram inicialmente classificados como altos ou extremos. Após a avaliação dos controles já existentes, esse número foi reduzido para 20 riscos nessas categorias.

Na sequência, lembrou que as informações detalhadas sobre cada um dos riscos levantados, sua categorização, controles existentes e medidas de tratamento constam do relatório de análise crítica encaminhado aos integrantes do Comitê, por email, no dia 25.03.2026. Após, em observância às competências do Comitê de Governança e Estratégica e da Presidência do Tribunal previstas nos arts. 6º, II, e 7º, IV, da Política de Gestão de Riscos do TRT-RS, o relatório de análise crítica e o mapa de riscos consolidado pela Segge foram acolhidos, sem ressalvas, pelos integrantes do Comitê, e aprovados pelo Presidente do Tribunal.

Tatiana apresentou também os processos indicados pelas unidades do Tribunal para mapeamento de riscos em 2026: Atuação da Segurança Institucional no enfrentamento à violência doméstica praticada contra magistradas, servidoras e demais colaboradoras (da Secretaria de Segurança e Ouvidoria), Inclusão/Exclusão de Dependentes (da Secretaria de Gestão de Pessoas), Exame periódico de teletrabalhadores no exterior (da Secretaria de Saúde e Assistência), Planejamento e execução dos serviços de dedetização e desratização das edificações (da Secretaria de Serviços), Gestão da Conta Vinculada (da Secretaria de Administração) e Medição de obras (da Secretaria de Manutenção e Projetos), eSocial - envio mensal dos eventos de pagamento e verificação dos resultados de retorno (da Secretaria de Pagamento), Processo Administrativo de Pagamento de Requisições de Pequeno Valor processadas no Tribunal (do Juízo Auxiliar de Precatórios), Ciclo Orçamentário (da Secretaria de Orçamento e Finanças), Suprimento



ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

de Fundos (da Secretaria de Orçamento e Finanças), Coleta de dados do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (da Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão) e Coleta de dados do Plano de Logística Sustentável (da Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão). A proposta foi aprovada pelo Comitê.

Ao final, o Presidente do TRT-RS, Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz, elogiou o “trabalho de excelência realizado pela Bárbara e toda a equipe”. A manifestação foi acompanhada pelo Desembargador Fernando Luiz Cassal, pelas Desembargadoras Maria Madalena Telesca e Maria Silvana Tedesco e pelas Juízas Fabíola Schivitz Machado, Carolina Quadrado Ilha e Maria Teresa Vieira da Silva.

Reunião encerrada às 17h55min..

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.

Confira aqui a [Apresentação](#).

| ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS | | | |
|---|-------------|-----------|-------------|
| TAREFA | RESPONSÁVEL | PRAZO | OBSERVAÇÕES |
| Indicar gerente e retomar o projeto Integra TRT | Enilda | 24.4.2026 | |